

# ÓCIO EM(PODER)ADOR: DIÁRIOS DE MULHERES EM VIAGEM<sup>1</sup>

Fernanda de Castro<sup>2</sup>  
Maria Manuel Baptista<sup>3</sup>

| 571

## RESUMO

Sob a lente dos Estudos Culturais, o nosso estudo visa estudar, questionar e refletir sobre os diários de viagem produzidos, nos séculos XIX e XX, por mulheres, nomeadamente autoras estrangeiras e nacionais, que visitaram a Madeira e de madeirenses que viajaram pelo mundo, escrevendo profusamente nos diários as suas experiências por terras além-mar. A questão sobre a qual nos debruçamos, e que constitui o principal foco para o qual direcionamos a investigação, consiste em compreender de que modo, e em que circunstâncias e condições, alguns dos nossos textos objeto do nosso estudo se encontram atravessados, direta e indiretamente, por discursos de poder culturalmente vigentes na época e as possíveis modalidades de resistência possibilitadas pelo ócio no que diz respeito à viagem e à escrita. A imagem ou representação da mulher carrega uma pesada herança cultural fruto da dominação masculina naturalizante que acaba por refletir-se nos próprios diários de viagem. Recorrendo a um enquadramento epistemológico dos Estudos Culturais, fazendo convergir e articular um conjunto de teorias relevantes do campo dos Estudos de Género, esta investigação procurará uma primeira exploração numa perspetiva multidisciplinar.

## PALAVRAS-CHAVE

Escrita no feminino; Diários de viagem; Poder; Resistência; Ócio; Estudos Culturais.

## Introdução

A presente proposta centra-se no estudo dos discursos e das relações de poder e das resistências nos diários de viagem dos séculos XIX e XX. Ao referirmo-nos aos discursos de poder referimo-nos ao poder hegemónico falocêntrico exercido pelas instituições ou aparelhos político-culturais hegemónicos e cuja dominação e soberania é masculina. Todavia, estes discursos de poder podem ser absorvidos e reproduzidos por mulheres, também elas possíveis agentes e perpetuadoras dos mesmos discursos (Bourdieu, 1999; hooks, 2005). No contexto do nosso trabalho quando acionamos e falamos de resistência, referimo-nos a discursos ou práticas contra-hegemónicas das mulheres, identificando a viagem e a escrita como processos de resistência a uma normatividade estabelecida.

A escolha deste material de análise e as perguntas que dele emergem surgem da necessidade de estudar um subgénero literário, a literatura de viagem, na forma de diários de viagem, muitas vezes minorizados pela sua narrativa de cariz pessoal que não segue um modelo normativo como dos considerados “grandes” géneros literários como o romance, por exemplo. Os diários de viagem, sobretudo os de autoria feminina, carecem de um maior estudo crítico que ultrapasse as limitações de um mero estudo biográfico. De facto, a ausência

<sup>1</sup> Trabalho apresentado durante o XII Encontro Internacional OTIUM e VI Congresso Internacional em Estudos Culturais - Ócios e Resistências: Crescer e Envelhecer em Contextos Culturais Diversos.

<sup>2</sup> Doutoranda no Programa Doutoral em Estudos Culturais, Universidade de Aveiro. Bolseira da FCT (ref. SFRH/BD/124507/2016, financiada pelos Fundos Nacionais MCTES e FSE) e investigadora e colaboradora do CLEPUL/CLLC. E-mail: castrofernanda@ua.pt

<sup>3</sup> Professora Catedrática do Programa Doutoral em Estudos Culturais e investigadora do CLLC, Universidade de Aveiro. E-mail: mbaptista@ua.pt.



de estudos científicos relevantes que respondam com substância às nossas perguntas e problemáticas e a carência de um olhar crítico e aprofundado a partir do quadro teórico e epistemológico dos Estudos Culturais, seguindo o enquadramento teórico dos Estudos de Género, faz desta nossa proposta um estudo que consideramos inovador e interessante. Para além dos diários de viagem serem objeto de poucos estudos científicos, aliado ao facto de serem produções femininas, torna este estudo ainda mais relevante pelo silenciamento, menosprezo e menorização de que são alvo no panorama literário e científico.

Neste artigo pretendemos explorar, compreender, desnaturalizar e dar visibilidade aos diários de viagem escritos por mulheres como fontes de onde emergem discursos e práticas de poder e resistência de mulheres através da escrita e da viagem, refletindo e visibilizando a escrita feminina de viagem. Na consideração destes aspetos, tencionamos contribuir para uma compreensão mais complexa das tensões e potencialidades desta escrita atravessada pelo falocentrismo socialmente naturalizado, contrariando a tendência destas obras ao óbvio ou a um estudo meramente biográfico e superficial.

Como é que a sua educação, o seu papel social e a forma como são auto e hétero perçecionadas nos seus contextos sociais influenciam a sua mobilidade e a sua própria reflexão? A escrita pode, nestes textos, ser considerada uma forma de resistência e de afirmação de uma subjetividade própria e/ou acabam também por refletir e disseminar discursos de poder?

De facto, os Estudos Culturais constituem um campo do saber importante para o estudo, clarificação e aprofundamento de objetos literários, vistos como produtos culturais, produto e produtores de uma certa forma de produzir sentido social e cultural, pois, de acordo com Stuart Hall, mesmo as produções de viagem constituem veículos literários de difusão de discursos de poder (Hall, 1996).

A perspetiva dos Estudos Culturais interessa-nos pelo seu olhar interdisciplinar, um ponto de vista que poderia ser designado como uma não-disciplina, que não visa estruturar, definir, criar fronteiras e barreiras disciplinares (Bennett, 1998, p.53), mas sim, contribuir, elucidar, refletir e trazer luz a objetos culturais marginais ou assuntos considerados de 'menor relevância' ou até naturalizados pelas relações de poder e pelos discursos hegemónicos (Barthes, 1973; Barker, 2007). Ora, é nas margens da sociedade e da cultura, e mais especificamente da literatura, que o nosso objeto de estudo se situa: escrita diarística de viagens no feminino. A Ilha (no caso a Madeira) é também um local único, ultraperiférico e, frequentemente, marginal e desconsiderado (Vieira, 2014a, 2014b).

## **As mulheres viajantes: o ócio, o papel da mulher e os Estudos de Género**

Se, por um lado, o nosso estudo trata da identificação, interrogação, reflexão, análise e crítica aos poderes sociais instituídos, cristalizados e naturalizados, especificamente em torno das mulheres vistas como 'o outro do homem' (Beauvoir, 1967; Irigaray, 1995), nos textos que constituem o nosso objeto de estudo questionaremos as dinâmicas histórico-sociais que enquadram os discursos produzidos por estas mulheres, para, por outro lado, procurar reconhecer, questionar e visibilizar os seus modos de resistência a tais determinismos, sobretudo os que se encontram conectados com o processo da escrita.

O facto de os diários de viagem femininos constituírem discursos remetidos já na sua própria época ao obliúvio e à marginalização, no tempo e no espaço, também no contexto madeirense, é uma das primeiras fontes de interrogação que nos motiva a levar a cabo este trabalho: por que foram votadas ao esquecimento estes textos? Por que razão surgem com uma aura de marginalidade e de menoridade já aos olhos dos seus contemporâneos, e, em alguns casos, já aos seus próprios olhos?

Ainda que as teorias feministas tenham sido apenas desenvolvidas e ampliadas no decurso dos anos 70-90 do século XX, tal não significa que não se lance, ao passado, um olhar crítico apoiado no quadro teórico e epistemológico que entretanto se enriqueceu e desenvolveu largamente, permitindo-nos agora lançar um olhar mais profundo e interdisciplinar para o passado. Consideramos, inclusive, que é necessário analisar, criticar e interrogar o passado para poder compreender, refletir e explicar dinâmicas sociais atuais.

As problemáticas sobre a desigualdade de género, o lugar social da mulher e os discursos hegemónicos ou dominantes são questões já longamente discutidas. Paradoxalmente, a mulher constituiu, desde sempre, um arquétipo literário ou uma temática antiga compósita sobre a qual se lavraram centenas se não milhares de páginas ou mais, atravessando épocas e autores, géneros e tradições, dos clássicos até aos contemporâneos.

Com o desenvolvimento das teorias feministas começam-se a interrogar os discursos, as disposições e relações de género dentro do corpo social. Nos anos 70-80 do século passado, os Estudos de Género centraram-se, sobretudo, na contestação e denúncia do poder patriarcal, no papel da mulher e do homem na sociedade (divisão social dos papéis e distribuição de poder na sociedade, sob a perspectiva de género), a subjugação do feminino dentro de um universo de dominação e conceção masculina, ou seja, a contestação do ser feminino dentro de uma teia de relações e discursos de poder, dispositivos naturalmente sustentados e legitimados por instituições e corpos sociais historicamente dominados e regulados pelo masculino ou por normas culturais falocéntricas (Bourdieu, 1999; Butler, 1990), produzidas pela Igreja, Escolas, Estado, etc... (Gramsci, 1971).

Mais do que uma conceção física ou biológica universal do feminino e masculino, no final do século XX, os Estudos de Género, que atingiram grande desenvolvimento no contexto dos contributos teóricos e epistemológicos dos Estudos Culturais, problematizaram a conceção de género como representação ou construção social (Barker, 2009; Braidotti, 2002; Butler, 2004). A sua contribuição essencial tem em comum o exporem o papel social da mulher como uma construção discursiva e performativa que define, regula e disciplina culturalmente o significado e o sentido de ser homem ou mulher (Barker, 2007), numa espécie de anuência naturalizada ou imposição sociocultural enraizada.

Luce Irigaray presta especial atenção à linguagem, na medida em que esta marca a forma como um género pode articular-se com um determinado papel social, ou seja, na linguagem o sexo do sujeito determina à partida o seu papel e a sua representação social (Irigaray, 2005). Para a autora, o feminino deve renunciar, afirmar e distinguir-se no que concerne às representações ou “identidades” concebidas pelo domínio falocéntrico (Irigaray, 1985). Esta perspectiva é particularmente relevante para o estudo do nosso objeto, pois algumas autoras de diários de viagem ilustram com vigor esta realidade, embora influenciadas por discursos hegemónicos de poder falocéntrico, afirmam-se nas suas capacidades de empreender uma via-



gem independente e/ou desenvolverem uma atividade profissional autónoma e diferenciada dentro de uma sociedade patriarcal.

574 |

Com efeito, frequentemente, as mulheres, muitas delas, quer oriundas de elites sociais ou aristocráticas, quer de estratos sociais mais humildes, estiveram, desde sempre, social, pessoal e economicamente dependentes dos homens. Neste sentido, Aristóteles discorreu sobre o poder paternal e marital e a forma como a sociedade se dividia em duas esferas: a pública e a privada. De acordo com o *status quo*, o homem participava na esfera pública e em tudo o que lhe dizia respeito, nomeadamente a vida política, a cidadania, o funcionamento da *polis*, etc. Já a participação da mulher reduzia-se à esfera privada, ocupando-se de funções domésticas e familiares (Nederman & Lawson, 1987, p.82). De acordo com Luce Irigaray, nesta economia capitalista de troca, a mulher não passaria de uma mercadoria, sem ascender ao nível da subjetivação e autodeterminação do homem (Irigaray, 1993b).

De acordo com Bourdieu, o enraizamento das diferenças entre os universos feminino e masculino é determinado por uma construção social que atribui às mulheres um “estatuto social de objetos de troca definidos em conformidade com os interesses masculinos (...) do primado à masculinidade nas taxinomias culturais” (Bourdieu, 1999, p.37).

As práticas disciplinadoras estão eivadas de discursos histórica e culturalmente concebidos e consolidados nas sociedades em que a própria religião assumiu um papel fulcral no que diz respeito à sua propagação (Foucault, 1998; 2006; 2009; Martins, 1990; Mota-Ribeiro, 2000). Ainda que um certo tipo de instrução e de educação chegassem, de facto, apenas às mulheres de elites e de excelente posição económica e social, o ensino era, essencialmente, destinado à alfabetização para dotar as damas com o gosto pela “alta cultura” e incutir os princípios religiosos e deveres domésticos da mulher.

A existência e educação da mulher deviam nortear-se para a nobre missão da maternidade e do lar doméstico. No entanto, o único e fundamental objetivo desta educação consistia em poder orientar a educação dos descendentes. De facto, o ensino estava circunscrito a um grupo limitado de mulheres oriundas de elites económicas e políticas, cujas famílias abastadas ocupavam posições sociais distintas que lhes permitia ter acesso a regalias que a humildade e pobreza dos estratos sociais mais desfavorecidos não consentiam. Estamos bem cientes que estão nesta situação as mulheres escritoras viajantes, objeto do nosso estudo.

A mulher ideal perspetivada e exigida pela religião e, conseqüentemente, pela sociedade portuguesa em geral, especialmente na Madeira, como ambiente exíguo, lugar periférico, profundamente católico e conservador, ou na Inglaterra vitoriana, deveria constituir o eixo central da família, mas apenas no domínio privado, onde é confinada ao espaço da maternidade, do matrimónio e do lar doméstico. Ainda assim, dentro de uma hierarquia falocêntrica. Deste modo, idealizou-se a figura e a imagem ancestral, tipificada, estereotipada de que a mulher deve ser a mãe perfeita, que vive permanentemente em função do outro (pai, marido, filhos, etc.).

A figura da mulher é, então, enquadrada num papel social fruto de uma dominação masculina persistente e naturalizada, isto é, segundo Pierre Bourdieu, “nós incorporámos, sob a forma de esquemas inconscientes de percepção e de avaliação, as estruturas históricas da ordem masculina” (Bourdieu, 1999, p.11), que promovem a desigualdade que é tradicionalmente reservada ao feminino.



Compreender o esquecimento e a marginalização das produções literárias femininas madeirenses ou sobre a Madeira vai muito além dos efeitos da inexorabilidade do tempo sobre a obra do criador ou mesmo do seu valor literário. Trata-se, em nosso entender, de um processo de invisibilização do feminino, no qual se destaca a ausência de referências aprofundadas sobre estas mulheres intelectuais nas diversas disciplinas e nos instrumentos do saber e do conhecimento, nomeadamente na maioria dos catálogos bibliográficos ou bio-bibliográficos, nos almanaques e, inclusivamente, nos grandes dicionários de escritores século XX. O menosprezo e o esquecimento de autoras devem-se, indubitavelmente, ao facto da própria sociedade madeirense, em pleno séculos XIX e XX, ser pautada pelo conservadorismo e patriarcalismo, preterindo as suas produções e remetendo-as, à maioria, ao oblívio do ponto de vista social e literário, limitando as possibilidades de serem, de facto, conhecidas e estudadas criticamente, repercussões essas que ainda se verificam até à atualidade.

Os diários de produção feminina constituem produções em menor número face ao universo de produções de autoria masculina. Facto este que não causa qualquer tipo de estranheza ou pasmo, na medida em que o menosprezo pelas produções femininas revela-se como consequência de uma submissão a uma hierarquia social completamente atravessada por discursos de poder interiorizados ao longo dos tempos. Por conseguinte, refletimos igualmente sobre hegemonias, não só patriarcal e marital, como também sobre forças hierárquicas e práticas sociais que trespassam concomitantemente a esfera pública e privada, remetendo as mulheres escritoras ao esquecimento generalizado.

De facto, as nossas autoras não provêm, como já referimos, das camadas mais frágeis e precárias da sociedade e a maioria não tem carências financeiras ou de instrução básica. São dotadas de uma educação considerada “esmerada”, oriundas de famílias aristocráticas que ocupavam uma posição social privilegiada, o que lhes permitia ter a liberdade de viajar, que os estratos sociais mais desfavorecidos não usufruíam. Aliás, numa leitura atenta dos diários, percebemos que para além das experiências e memórias relatadas, o leitor é constantemente confrontado com digressões à história, factos e figuras ‘incontornáveis’ e reflexões sobre os locais que visitam, pelo que estas mulheres evidenciam conhecimentos e descrições exímias, que apenas detêm por terem usufruído de uma educação reservada às elites.

Para as mulheres abastadas que gozavam de uma independência financeira e familiar, a possibilidade de viajar era uma oportunidade única para expandir as suas fronteiras geográficas e conhecer outros países, culturas, artes e/ou buscar na viagem um meio de trilhar um caminho de fé, através da peregrinação, como é o caso de Maria Celina Sauvayre da Câmara, de viagens exploratórias e de interesse antropológico, como é o caso de Annie Brassey, terapêuticas, como as viagens de Luísa Grande e Emily Shore, ou de lazer, como é o caso da maior parte das mulheres em análise. Neste sentido, estas escritoras viajantes inserem-se num período em que a viagem surge como uma atividade de lazer ou ócio aliada à ideia de um tempo livre que se aproveite em prol do desenvolvimento pessoal e maior aprendizagem sobre o mundo (Baptista, 2016; Antunes, 2016).

Ainda que o *Grand Tour* tenha surgido no final do século XVII, a sua disseminação, enquanto prática verdadeiramente turística e cosmopolita, apenas ocorreu na segunda metade do século XIX, fomentado pelo desenvolvimento dos transportes, das vias de comunicação e pela criação de empresas ligadas ao turismo organizado, como por exemplo a agência Cook,



mencionada e elogiada frequentemente por algumas das autoras que fazem parte do nosso estudo. Inicialmente, o *Grand Tour* tinha como principal objetivo enriquecer a formação cultural e desenvolver práticas pedagógicas de reflexão, observação e análise *in loco* nos jovens pertencentes a uma elite aristocrática (Osório, 2014), levando-os em grandes e prolongadas viagens pelos principais países da Europa. Aliás, a viagem era considerada uma experiência de ócio que não só beneficiava a saúde física e mental daqueles que a experienciavam, mas também constituía uma certa legitimação de um *status* social elevado.

Com o desenvolvimento do turismo organizado em pleno século XIX, as mulheres tiveram a oportunidade de experienciar o ócio através da viagem de um modo mais seguro, de forma mais abrangente e com maior intensidade, ainda que, na maior parte das vezes, dependentes e acompanhadas pelo núcleo familiar (Thompson, 2011). Segundo Luísa Marinho Antunes, as viagens femininas independentes, em Portugal, estavam limitadas a um grupo diminuto de mulheres: as educadas e independentes financeiramente e socialmente abastadas (Antunes, 2016), consequência de uma sociedade patriarcal e marital.

Na consideração destes aspetos, Polezzi refere que as produções femininas de viagem, embora representem gestos de rutura, transposição de normas ou transgressão para com uma ordem estabelecida pela aventura que a viagem independente representa, não são inovadoras nem são garantia de qualquer tipo de revolução do pensamento (2004, p.126). Aliás, muito pelo contrário, as mulheres-viajantes que escrevem, durante o século XIX, tendem, na maior parte das vezes, a possuir um discurso dominante, tradicional e até mesmo colonialista (Thompson, 2011; Antunes, 2012), como é quase sempre o caso, especialmente se olharmos para os diários de Maria Celina Sauvayre da Câmara, Isabella de França, Carlota da Bélgica, entre outros. Ainda que a viagem proporcione, de facto, uma libertação física e geográfica relativamente ao contexto cultural de origem, a verdade, é que a “ordem estabelecida”, os discursos de poder naturalizados e as representações do Outro interiorizadas viajam com elas próprias.

À mulher madeirense não era permitida a possibilidade de discorrer ou ter a plena liberdade de escrever obras dentro do que o cânone considera os grandes géneros literários como, por exemplo, o romance. São raras as exceções de mulheres cuja independência económica e familiar lhes ‘concedia’ esse direito e oportunidade num mundo literário masculino e considerado rígido e inflexível, sobretudo no que dizia respeito a encetar viagens de forma independente.

Nas primeiras páginas de alguns diários de viagem é frequente encontrar alguns pedidos ou súplicas das autoras por complacência, indulgência e benevolência dos leitores e escritores pelos seus “simples” jornais. Segundo Sónia Serrano, é comum encontrar nos diários de viagem femininos introduções excessivamente dóceis (fruto de corpos e mentes docilizados (Foucault, 1998, 2006)), justificativas inferiorizantes, que procuram fundamentar a legitimidade ou motivo pelo qual as autoras se aventuravam no campo da escrita, “uma espécie de pedido de desculpa pela ousadia de se exibir tão publicamente” (Serrano, 2017, p.38).

Com efeito, a escrita emotiva e frequentemente auto-censória parece ser uma característica atribuída à mulher, mantendo-a num registo de um discurso de menoridade inferiorizante e docilizado. Estamos perante exemplos de auto-inferiorização resultante da legitimação e incorporação, naturalizada, da dominação masculina e da aceitação involuntária de uma imposição dos discursos de poder e modelos conservadores que o próprio eu

feminino interioriza (Bourdieu, 1999). De acordo com Mota-Ribeiro, as imagens de como deve ser uma mulher

são reproduzidas e disseminadas socialmente (...) integrando não só as práticas sociais e os comportamentos face à mulher, mas também a resposta das próprias mulheres nas diversas situações em que se joga a dominação masculina. Estamos perante um processo de interiorização destas imagens no próprio eu feminino (2000, p.4)

| 577

De forma geral, às mulheres era permitido uma maior flexibilidade e liberdade de produção nos géneros e subgéneros literários como os diários de viagem (Polezzi, 2004), a biografia, a poesia, a maioria publicada na imprensa periódica, a autobiografia, as traduções ou obras do foro pedagógico e direcionadas para o seio familiar. No fundo, o diário de viagem constituía uma modalidade de produção informal, menos restritiva e seletiva num mundo literário considerado rígido, inflexível e dominado maioritariamente por homens (Serrano, 2017).

Ainda que a Madeira fosse uma ilha de grande efervescência cultural em plenos séculos XIX e XX, ela constituía um espaço conservador e profundamente católico, uma sociedade perpassada por valores e princípios cristãos que acentuaram e perpetuaram as desigualdades sociais relativamente às mulheres, quer modestas e humildes, quer abastadas e pertencentes a uma elite, embora de formas diferentes e específicas. O modelo propagado, quer na Madeira, quer na Inglaterra vitoriana, contexto em que se inserem a maioria das nossas mulheres, pelos discursos da época submetia as mulheres ao plano doméstico, familiar e pedagógico, regido por uma hierarquia de poder e de dominação masculina, que promovia a obediência e subserviência como deveres. Esta estrutura hegemónica que colocava o homem como representante máximo do lar, a “cabeça de casal”, invisibilizava e inferiorizava as mulheres, submetendo-as à condição de esposas, mães e, na melhor das hipóteses, educadoras, constringidas a modelos e dinâmicas sociais rígidas e conceções estereotipadas, estimulando-as, igualmente, a autodisciplinar e a docilizar o seu comportamento e as suas práticas. O corpo, historicamente construído, é resultado da convergência e cruzamento de variadas práticas discursivas de cariz disciplinar (Foucault, 1998; 2006; 2009).

No fundo, a figura da mulher é enquadrada num papel social com base no seu sexo, determinado à nascença, e fruto de uma dominação masculina naturalizada (Bourdieu, 1999) validadas por mecanismos, regras, estruturas, categorias e instituições sociais como o Estado e a Igreja, por exemplo, desde sempre dirigidas pelo universo masculino/falocêntrico (Irigaray, 1993a; Gramsci, 1971), que promovem a desigualdade que é tradicionalmente reservada ao feminino. Na consideração destes aspetos, a sexualidade passa a constituir e a definir o sujeito feminino dentro de uma rede de normatividades coercivas e de relações de poder (Irigaray, 1993a).

A educação da mulher estava, nesta época, intrinsecamente interligada à religião e/ou sob o jugo de uma sociedade patriarcal, formando desde a infância, através da prece, do sacrifício, da consagração doméstica e familiar, as meninas com o objetivo de atingir a pureza moral exigida socialmente, pelo que era extremamente árdua a afirmação de uma mulher no campo das artes, mesmo usufruindo de uma certa independência familiar. Aliás, segundo Moisés Martins, a religião constitui um “instrumento de vigilância permanente, exaustiva, omnipresente, capaz de tornar visível, permanecendo ele mesmo invisível (...) uma longa rede de dependências hierárquicas” (1990, p.88).





Em conformidade com o pensamento de Luce Irigaray, o espaço social ou as sociedades foram construídas com base na necessidade de existência de fenômenos de sacrifício (Irigaray, 1993a, p.75), pelo que consideramos que o suplício, enquanto forma de performar imposta num meio falocêntrico, encontra-se socialmente ligado à mulher, no seu papel de mãe, esposa, filha, etc. Trata-se, segundo a concepção foucaultiana, de uma espécie de biopoder e docilização dos corpos e das mentes, ou seja, de técnicas, controlos e poderes disciplinares sobre os comportamentos e a personalidade dos indivíduos (Foucault, 1998; 2006; 2009), pois o corpo, de acordo com Butler, é público e político e, por isso, produto de relações de poder e subjogação exercidas pela ordem social (Butler, 1990) dominada e determinada pelo masculino (Bourdieu, 1999).

Do mesmo modo, e de acordo com o pensamento seminal beauvoriano, o homem foi, desde sempre, representado como ser humano pleno e um sujeito com absoluto direito à definição no seu universo. Na consideração destes aspetos, a viagem pode representar uma forma de subjetivação da mulher enquanto sujeito de direitos, pois, perante uma sociedade que reprime ‘naturalmente’ as suas potencialidades, a viagem apresenta-se como uma forma potencial de empoderamento, de quebrar e implodir barreiras físicas, geográficas e mentalidades.

A experiência da viagem e escrita da mesma com recurso ao diário de viagem constitui um testemunho e uma performance escrita do Eu para o Eu-futuro e para o(s) Outro(s). No fundo, e em alguns casos em particular, escrever consiste num processo profundo de (re)construção do Eu e o desdobramento do Eu e do Outro em mim (Baptista, 2006). Escrever a viagem constitui não só uma performance como legitima uma posição concreta ou uma tomada de consciência despoletada pelo percurso em si. A nosso ver, a viagem e a escrita constituem uma dupla performance. Com efeito, em alguns casos, a viagem e a escrita podem despoletar um efeito libertador, uma fuga e uma resistência à ordem ou aos discursos de poder, como é o caso, por exemplo, de Luzia e Maria Celina de Sauvayre da Câmara, cujos diários, em nosso entender, constituem em certos momentos uma performance de resistência e libertação do pensamento normativo.

Na consideração destes aspetos, pode existir na viagem um carácter e uma dinâmica de deslocação ou mobilidade dupla e recíproca que pressupõe, de forma intrínseca, uma partida e chegada. No entanto, a condição do viajante no regresso nunca é idêntica à do ponto de partida. Segundo Normand Doiron, “o viajante não é o mesmo que era quando partiu, o espaço viajado transfigurou-o” (1995, p.178). Há, portanto, na viagem uma importância e vertente formativa, instrutiva e iniciática que lhe confere, em alguns casos, um papel ou processo transformador, ocioso e da aprendizagem sobre o indivíduo que empreende uma jornada, enfrentando o novo, desconhecido e o inesperado. Contudo, a viagem nem sempre se reveste de um carácter transformador, na medida em que o viajante transporta consigo as suas próprias representações sobre o Outro e os discursos que o atravessam.

A viagem, uma performance pessoal e social de ócio, pressupõe o transporte de novos saberes e experiências adquiridas, em virtude dos novos espaços trilhados e das novas gentes com quem se travou conhecimento. Neste sentido, a viagem poderá constituir uma experiência de ócio que permite uma certa liberdade para as mulheres dos séculos XIX e XX e que contribui para a construção de experiências que fomentam o próprio desenvolvimento humano, social e pessoal do indivíduo que a enceta (Cabeza, 2006).





Consideramos a viagem e a escrita como performances físicas e psicológicas que induzem a um sem número de possibilidades de atos de resistência, uma espécie de discurso do corpo, quer pelo movimento inerente à própria viagem, quer pela ação e prática da escrita. O sujeito desloca-se do seu lugar de conforto e coloca-se em confronto o Outro e o desconhecido, potencializando uma possibilidade de abertura de horizontes ou, pelo menos, um confronto com novas realidades.

Reiteramos a ideia de que ainda que a viagem constitua, de facto, uma performance física de movimento e deslocação entre o indivíduo e o seu contexto sociocultural isso não implica a existência de uma mudança de mentalidades ou concepções que impregnam e atravessam a sua própria performance. Todavia, a viagem e a escrita surgem, neste sentido, como possibilidades de um ócio transformador que viabiliza a transposição de fronteiras ou limites espaciais, físicos, geográficos, políticos, hegemónicos, etc., na medida em que é “caracterizado pela experimentação de vivências separadas do instinto e do fácil, que nos introduzem na visão e desfrute de um mundo mais complexo, mas, a longo prazo mais enriquecedor, satisfatório e humano” (Cabeza & Amigo, 2014, p.15).

## Conclusão

Os Estudos Culturais constituem um campo de estudos que possibilita a reflexão sobre questões relacionadas com as identidades e a desconstrução dos discursos, dos comportamentos e das relações de poder que atravessam todo o corpo social. Esta não-disciplina procura assumir um papel desmistificante face a textos culturalmente construídos e naturalizados. Como pudemos observar, muitos dos diários de viagem podem contribuir para a conservação e reforço da ideologia falocêntrica (re)inventando e eternizando relações de poder, através de discursos hegemónicos fixados nas comunidades e nos indivíduos.

A autonomia consentida pela viagem permite, especificamente à mulher, a nosso ver, desafiar a ordem patriarcal e possibilita uma consciencialização parcial do seu lugar no mundo que, sem a viagem, não existiria pelas amarras e opressões existentes no seu contexto cultural de origem. Esta independência da mulher deixa adivinhar a possibilidade de imaginar, ver e adquirir um novo olhar sobre os valores, as tradições, os costumes e as religiões de outros povos, redimensionando, por vezes, a própria cultura, história e mesmo o seu próprio ser, pois o discurso do Outro raramente deixa de fora o discurso sobre o próprio (mulher) e a sua autorrepresentação.

A viagem apresenta-se como um caminho sagaz para o exercício de uma certa subjetividade, autonomia ou independência face ao próprio contexto de cada viajante. Ainda que a viagem possibilite à mulher dos séculos XIX e XX um deslocamento físico e lhe confira uma espécie de resistência à ‘vulnerabilidade física e psicológica’ que foi, desde sempre, atribuída ao universo feminino, a verdade é que, segundo Irigaray, “a mulher ainda não encontrou as suas formas, para espalhar as suas raízes e florescer. Ela ainda necessita de nascer a partir do seu próprio crescimento, da sua própria subjetividade. A mulher ainda não desenvolveu a sua própria morfologia” (Irigaray, 1993b, p.180).



## Referências Bibliográficas

- Antunes, Luísa Marinho. (2016). Apontamentos para a análise da literatura de viagens no feminino: imaginação e investigação em Maria Celina Sauvayre da Câmara, peregrina cosmopolita de Nápoles a Jerusalém, José Eduardo Franco (coord.). *Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira*. Lisboa: INMC, pp.135-141.
- Antunes, Luísa Marinho. (2012). De Nápoles a Jerusalém, Diário de Viagem: Maria Celina Sauvayre da Câmara e a viagem no feminino. In *Revista de Divulgação Científica AICA*, Nº4. Funchal: AICA, pp. 114-122.
- Baptista, Maria Manuel (2016). Estudos de ócio e Leisure Studies – o atual debate filosófico, político e cultural. In *Revista Brasileira de Estudos de Lazer*, v.3, nº1 (jan./abr. 2016). Belo Horizonte, pp.20-30. URL: <http://mariamanuelbaptista.com/publicações.html> (consultado a 02/03/2018).
- Barker, Chris. (2007). *Cultural Studies: Theory and Practice*. Londres: SAGE.
- Barker, Chris (2009). *The SAGE Dictionary of Cultural Studies*. Londres: SAGE.
- Barthes, Roland (1973). *Mitologia*. Lisboa: Edições 70.
- Beauvoir, S. (1967). *O Segundo Sexo: a experiência vivida*, (Tradução Sérgio Milliet) vol.2. São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- Bennett, Tony (1998). *Culture: A Reformer's Science*. Londres: SAGE.
- Bourdieu, P. (1999). *A Dominação Masculina*. Oeiras: Celta Editora.
- Braidotti, R. (2002). *Metamorphoses: Towards a Materialist Theory of Becoming*. Cambridge/Malden: Polity Press.
- Butler, J. (1990). *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. Col. Thinking Gender. New York: Routledge.
- Butler, J. (2004). *Undoing gender*. Col. Gender Studies, Philosophy. New York: Routledge.
- Cabeza, Cuenca M. (2006). Aproximación multidisciplinar a los estudios de ocio. Bilbao: Universidade de Deusto.
- Cabeza, Cuenca M. & Amigo, Macarena C. (2014). O Encontro entre o Ócio e a Cultura: Reflexões sobre o Ócio Criativo desde a Investigação Empírica. In *Do Ócio – Debates no Contexto Cultural Contemporâneo*; M. Baptista, & A. Ventura (Coords.); Grácio Editor: Coimbra, pp. 11-32.
- Cardita, Ângelo. (2012). “Peregrinação: possibilidades de compreensão crítica de uma experiência”, *Sociologia*, Vol. XXIV, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp.195-213.
- Doiron, Normand. (1995). *L'Art de Voyager. Le déplacement à l'époque classique*. Sainte-Foy-Paris: Les Presses de l'Université Laval-Klincksieck.
- Foucault, Michel. (2009). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Foucault, Michel. (2006). *Estratégia, poder-saber*. Organização de Manoel Motta. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária.
- Foucault, Michel. (1998). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Gramsci, Antonio. (1971). *Selections from the Prison Notebooks of Antonio Gramsci*. ed. e trad. Quintin Hoare & Geoffrey Nowell Smith. New York: International Publishers.
- Hall, Stuart. (1996). The West and the Rest: discourse and power. In Hall, Stuart & Held, David & Hubert, Don & Thompson, Kenneth (eds.), *Modernity: an Introduction to Modern Societies*. Oxford: Blackwell, pp.184-227.
- hooks, bell. (2015). *Talking Back: Thinking Feminist, Thinking Black*. New York: Routledge.
- Irigaray, Luce (1993a). Women, The Sacred, Money. In Irigaray, Luce, *Sexes and Genealogies*. Trans.Gillian C. Gill. New York: Columbia University Press, pp.73-88.
- Irigaray, Luce (1993b). The Three Genders. In Irigaray, Luce, *Sexes and Genealogies*. Trans.Gillian C. Gill. New York: Columbia University Press, pp.167-181.
- Irigaray, L. (1985). *Speculum of the Other Woman*. Trans. Gillian C. Gill. Ithaca: Cornell University Press.



- Irigaray, L. (2005). *An ethics of sexual difference*. Trans. Carolyn Burke & Gillian C. Gill. London, New York: A&C Black.
- Irigaray, L. (1995). The Question of The Other. In (ed. Luce Irigaray & Noah Guynn), *Yale French Studies*. Nº87: "Another Look, Another Woman: Retranslations of French". Connecticut: Yale University Press, pp.7-19.
- Martins, Moisés de L. (1990). *O olho de Deus no discurso salazarista*. Col. Biblioteca das Ciências do Homem, Epistemologia, Sociologia. Porto: Edições Afrontamento.
- Mota-Ribeiro, S. (2005). *Retratos de mulher. Construções sociais e representações visuais no feminino*. Col. Comunicação e Sociedade, 2. Porto: Campo das Letras e Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.
- Nederman, Cary J. & Lawson, N. Elaine. (1987). The Frivolities of Courtiers Follow the Footprints of Women: Public Women and the Crisis of Virility in John of Salisbury. In (ed. Carole Levin & Jeanie Watson), *Ambiguous Realities: Women in the Middle Ages and Renaissance*. Detroit: Wayne State University Press, pp.82-96.
- Osório, Helena Cristina Afonso de Azevedo de Gouveia. (2014). *Impressões sobre a Arte e o Património nas Cidades Europeias mais Visitadas por Viajantes Portugueses: Londres, Madrid, Nápoles e Paris – notas para o estudo de uma sensibilidade estética (1860-1910)*, Tese de Doutoramento na Faculdade de Geografia e História da Universidade de Santiago de Compostela.
- Polezzi, Loredana. (2004). Between Gender and Genre: The Travels of Estella Canziani. In G. Hooper and T. Youngs (eds.), *Perspectives on Travel Writing*. Aldershot: Ashgate, pp.121-137.
- Serrano, Sónia. (2017). *Mulheres Viajantes*. Lisboa: Edições Tinta-da-china.
- Thompson, Carl. (2011). *Travel Writing*. London and New York: Routledge.
- Tilburg, Jo Anne Van. (2003). *Among Stone Giants: The Life of Katherine Routledge and Her Remarkable Expedition to Easter Island*. New York: Scriber.
- Vieira, Alberto (2014a). *O Deve e o Haver das Finanças da Madeira: Finanças Públicas e Fiscalidade na Madeira nos Séculos XV a XXI*. Vol I. Coleção "Deve e Haver". Funchal: Secretaria Regional da Cultura, Turismo e Transportes/Centro de Estudos de História do Atlântico (CEHA).
- Vieira, Alberto (2014b). *Entender o Deve e o Haver das Finanças da Madeira: Séculos XV a XXI*. Vol II. Coleção "Deve e Haver". Funchal: Secretaria Regional da Cultura, Turismo e Transportes/Centro de Estudos de História do Atlântico (CEHA).

